

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ENSINO DA SOCIOLOGIA

THE HISTORY OF EDUCATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF SOCIOLOGY TEACHING

Fernanda Rocha MACEDO¹

Resumo: A história do ensino da Sociologia no Brasil é marcada por períodos de inclusão e exclusão, refletindo tensões políticas e ideológicas ao longo do século XX. Introduzida em 1891 e consolidada na Era Vargas em 1931, a disciplina enfrentou diversas interrupções, especialmente durante governos autoritários, como no Estado Novo e na Ditadura Militar, que a retiraram dos currículos devido ao seu caráter crítico. Após o fim da Ditadura Militar em 1985, a Sociologia foi gradualmente reintegrada nas escolas, sendo oficialmente reintroduzida como obrigatória no ensino médio em 2008. Compreender essa trajetória é essencial para os professores de Sociologia, pois contextualiza o papel da disciplina na formação dos estudantes, promovendo uma educação crítica, cidadã e participativa, voltada para a análise de problemas sociais contemporâneos.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino de Sociologia; Docência.

Abstract: The history of teaching Sociology in Brazil is marked by periods of inclusion and exclusion, reflecting political and ideological tensions throughout the 20th century. Introduced in 1891 and consolidated during the Vargas Era in 1931, the discipline faced several interruptions, especially during authoritarian governments, such as the Estado Novo and the Military Dictatorship, which removed it from curricula due to its critical nature. After the end of the Military Dictatorship in 1985, Sociology was gradually reintegrated into schools, being officially reintroduced as a mandatory subject in high schools in 2008. Understanding this trajectory is essential for Sociology teachers, as it contextualizes the role of the discipline in students' education, promoting a critical, civic, and participatory education aimed at analyzing contemporary social problems.

Key-words: History of Education; Sociology Teaching; Teaching.

Introdução

A disciplina de Sociologia, como uma disciplina que fomenta o pensamento crítico e serve como um instrumento essencial para uma educação emancipatória, tem uma história marcada por lutas significativas para sua inclusão no currículo escolar brasileiro. Compreender essa trajetória é fundamental para valorizar seu papel atual na formação dos estudantes.

Esta análise sociológica visa descrever e entender como essa inclusão se deu, levando em conta o contexto histórico brasileiro e social, além de explorar, por meio de entrevistas, as

¹ Graduanda no curso de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/FFC, Câmpus de Marília-SP, bolsista do PET-MEC de Ciências Sociais/fernanda.r.macedo@unesp.br; link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/9413622934598595>; ORCID-id: <https://orcid.org/0009-0007-0014-7335>.

perspectivas de professores de diferentes áreas sobre a importância da Sociologia na educação. Além de entender o contexto histórico desse processo, é fundamental explorar como a Sociologia é percebida por aqueles que estão diretamente envolvidos na prática educativa: os professores e os alunos. Através de entrevistas com educadores de diferentes áreas, esta análise sociológica busca captar as diversas perspectivas sobre a importância da Sociologia na educação contemporânea. Essas entrevistas revelam como a disciplina é vista como um instrumento que vai além do simples repasse de conhecimento e a reflexão sobre o papel do indivíduo na sociedade. No entanto, essas percepções também apontam desafios, como a necessidade de adaptar o ensino da Sociologia às realidades distintas dos estudantes, e as tensões entre a formação crítica proporcionada pela disciplina e as pressões do sistema educacional por resultados imediatos e quantificáveis. Esses diálogos mostram que, embora a Sociologia tenha conquistado seu espaço no currículo, seu ensino ainda é um campo de disputa e reflexão constante sobre a educação que desejamos para o futuro.

Desenvolvimento

A trajetória da Sociologia no Brasil é marcada por períodos de inclusão e exclusão, refletindo as tensões políticas e ideológicas do país. A história do ensino de Sociologia no Brasil começou no ano de 1891, durante a gestão de Benjamin Constant e sua reforma educacional, que tornou obrigatório o ensino da disciplina. Porém, essa iniciativa não avançou devido a desentendimentos políticos. Apesar disso, a Sociologia foi introduzida nas escolas por meio de cursos complementares e do curso normal, inicialmente com um enfoque científico e cívico-redentorista.

A década de 1920, marcada por crises econômicas agrário exportador e o esgotamento oligárquico, que o país estava passando e o processo de industrialização que trouxe novos agentes sociais e modo de vida urbanos que demandam reformas e revoluções, favoreceu a Sociologia devido à necessidade de compreender as leis naturais que regulam a sociedade para formular instituições adequadas. Isso criou uma conexão entre o Estado Liberal, a centralização estatal e a difusão do conhecimento sociológico (Meucci, 2015). No decorrer de 1925, a Sociologia foi introduzida no Colégio Pedro II com a Lei Rocha Vaz, que tornou uma disciplina regular no currículo do ensino secundário nos finais dos cursos preparatórios, apesar da falta de cursos específicos para a formação de professores. Por isso, profissionais como advogados, médicos e engenheiros frequentemente assumem o papel de docentes de Sociologia para preencher essa lacuna. Essa lei criou o Departamento Nacional do Ensino para regular e

fiscalizar o ensino secundário e superior, promovendo a centralização do conteúdo escolar. A Sociologia era ensinada apenas no último ano, com uma carga horária menor que a da Filosofia.

Após a Revolução de 1930, no contexto do processo de integração política do país, houve um avanço no desejo de reformas educacionais e a regulamentação do ensino. Logo ocorreu a Reforma Francisco Campos em 1931, a Sociologia permaneceu como disciplina obrigatória, apenas para candidatos ao ensino superior, colocando-a como um conhecimento para a elite, pois elas quem frequentavam esse ensino, e, também, mantendo-a de forma depositada um monopólio do discurso sobre o social. Em 1933, surgiu o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), com uma abordagem técnica específica e focada na formação de profissionais para a administração pública e privada. Ao longo da virada da década 1930, houve intensas movimentações políticas no Brasil, culminando com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência. Esse período foi marcado pelo início do processo de industrialização, criação de universidades e a institucionalização da ciência.

No ano de 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi elaborado por 25 pessoas, lideradas por Fernando de Azevedo. O manifesto enfatizava a importância da educação como um dos principais problemas nacionais e questionava a falta de reflexo das mudanças sociais nos programas educacionais da época. Os Pioneiros propuseram uma abordagem sociológica para resolver os dilemas da sociedade brasileira, destacando a necessidade de uma reorganização da educação como política pública nacional. Essa proposta foi aperfeiçoada ao longo dos anos para suprir essa lacuna na educação.

Após a Reforma Capanema de 1942, que dividiu o ensino secundário em ginásial e colegial, a próxima data significativa foi a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB, aprovada após 13 anos de tramitação no Congresso, não reintroduziu a Sociologia no currículo colegial estabelecido pela Reforma Capanema. Como resultado, a Sociologia tornou-se uma disciplina opcional entre mais de uma centena, permanecendo efetivamente excluída do currículo.

“Na ditadura militar a escola era boa” essa frase, repetida inúmeras vezes, pode soar como verdade para alguns fatos, porém, não parecem corroborar essa tese. Diversos estudos e especialistas que analisam o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) revelam que essa época deixou marcas profundas na educação brasileira, incluindo a exclusão da Sociologia do currículo escolar e a prática de expandir o sistema educacional sem garantir a devida qualificação.

Ao longo do período da Ditadura Militar, a Sociologia foi proibida nas escolas, sendo substituída pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica. Essa substituição visava moldar um pensamento alinhado com os valores do regime autoritário, promovendo a obediência e o civismo conforme definido pelo Estado. Com a redemocratização no país, a Sociologia foi reintroduzida no currículo escolar como disciplina optativa no ano de 1986.

Na década de 1990, houve um novo retrocesso com a implementação de diretrizes neoliberais, marcadas pela privatização do Estado, sucateamento do setor público e a ênfase em competências e habilidades. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o senador Darcy Ribeiro aderiu a políticas neoliberais ao propor uma nova versão da LDB alinhada a esses ideais. Florestan Fernandes, deputado federal e presidente da Comissão de Educação da Câmara, se opôs a essa proposta, realizando audiências públicas e propondo o substitutivo Jorge Hage como um modelo de política pública. Apesar dessa luta, Fernandes foi derrotado e, em 1996, a LDB foi aprovada com elementos neoliberais, ignorando a gestão democrática das escolas e a criação de um sistema nacional de educação. A Sociologia foi tratada como uma disciplina transversal e opcional. Em 2001, FHC vetou o projeto que tornava o ensino de Sociologia e Filosofia obrigatório (Mendonça, 2017).

A inclusão obrigatória da Sociologia no currículo do Ensino Médio foi formalizada em 2008, quase quarenta anos após sua exclusão. Sob a autoria de Cesar Callegari, o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. Esta decisão foi um marco significativo, reconhecendo a importância da disciplina na formação crítica dos estudantes. É possível afirmar que a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008 (Brasil, 2008) trouxe para o campo constituído por profissionais e estudantes das ciências sociais no Brasil um fato novo e de relevância indiscutível: o estabelecimento da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia na grade curricular de todas as séries do Ensino Médio, a ser oferecido em todas as escolas e instituições educacionais do país, públicas e privadas. Esse foi um avanço para o campo das Ciências Sociais, garantindo que todos os estudantes tivessem acesso ao conhecimento sociológico, essencial para o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã.

No entanto, essa mudança foi de curta duração. O cenário político brasileiro sofreu uma reviravolta em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, evento que desencadeou uma série de retrocessos na educação pública. As mudanças promovidas pelo novo governo afetaram negativamente o currículo escolar, trazendo impactos diretos sobre a Sociologia. A disciplina, que havia sido restaurada com tanto esforço, voltou a enfrentar ameaças de desvalorização e exclusão, refletindo a instabilidade do sistema educacional

brasileiro diante das pressões políticas e econômicas. Esse contexto destaca a fragilidade das conquistas educacionais e a necessidade de uma vigilância constante para assegurar a continuidade e o fortalecimento do ensino de Sociologia nas escolas.

A conjuntura política de 2016 marcou o início de um projeto de desmonte da educação pública no Brasil, com profundas consequências para o sistema educacional. Um dos pilares desse processo foi a intensificação da privatização do Estado, evidenciada pelo congelamento do orçamento governamental por 20 anos. Isso representou um sério risco para a qualidade e a acessibilidade da educação pública, uma vez que recursos essenciais para seu funcionamento foram severamente limitados. Paralelamente, o Projeto de Lei Escola sem Partido ganhou força, propondo uma visão de ensino que restringe a liberdade de expressão e a diversidade de pensamento nas escolas, prejudicando a formação crítica dos alunos ao promover a difusão de um pensamento único.

No contexto do ensino médio, o ataque mais significativo foi a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que introduziu uma mudança drástica na estrutura curricular. A nova proposta torna obrigatórios apenas o ensino de português, matemática e inglês ao longo dos três anos do ensino médio, relegando outras áreas do conhecimento a um segundo plano. A organização do currículo em quatro grandes áreas de conhecimento, além da inclusão de uma formação técnica profissional, foi apresentada como uma forma de proporcionar maior liberdade de escolha aos estudantes. No entanto, essa "liberdade" se mostrou ilusória, já que muitos alunos não teriam acesso a um conjunto completo e adequado de conhecimentos científicos, limitando suas oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional.

Além disso, a reforma do ensino médio trouxe consigo um aspecto altamente prejudicial: a retirada da obrigatoriedade da licenciatura para a contratação de professores. Essa mudança ameaça a qualidade da educação, ao permitir que profissionais sem formação específica em ensino ocupem posições docentes, comprometendo a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento de competências essenciais nos estudantes. Esse conjunto de medidas reflete uma agenda que, longe de melhorar a educação, visa desmontá-la, enfraquecendo sua capacidade de promover a igualdade e a cidadania.

Recentemente, a Sociologia está novamente sendo tirada aos poucos do currículo obrigatório, desta vez pelo Novo Ensino Médio, aprovado no governo Temer (Lei nº 13.415/2017), na qual retirou a partir de 2017 a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que essa disciplina deveria compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (Oliveira; Cigales, 2019, p. 44).

Nesse sentido, Moraes (2014, p.5-6) afirma:

Através da Lei nº13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017, instituiu-se a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que, dentre as suas medidas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade de Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física do Ensino Médio e colocando itinerários formativos com ênfase em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; Ciências humanas; e a formação técnica e profissional. [...] O ensino da Sociologia passa a compor o itinerário das Ciências Humanas e segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, que incluem os estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, entretanto, deixam lacunas no seu entendimento e interpretações.

Os itinerários formativos no Novo Ensino Médio são constituídos por disciplinas, projetos, oficinas e outras atividades educacionais que os estudantes podem escolher para se aprofundar em áreas específicas do conhecimento, incluindo a Formação Técnica e Profissional (FTP). Esses itinerários oferecem aos alunos a possibilidade de moldar sua trajetória educacional conforme seus interesses e aspirações profissionais. Essas mudanças impactam significativamente a organização do currículo e a experiência dos jovens no Ensino Médio. O artigo 36 da LDB possibilita que os alunos revisitem e cursam novos itinerários, dependendo da oferta disponível em sua região. Segundo Saviani (2016), embora os itinerários promovam a flexibilidade e a liberdade de escolha, essa autonomia pode ser uma "determinação camuflada", indicando que as opções podem ser limitadas pela estrutura oferecida pelas instituições e pelas condições socioeconômicas regionais (Silva, p. 9, 2021).

Diante disso, percebe-se uma crescente preocupação com a obrigatoriedade da Sociologia. Na BNCC, a disciplina de Sociologia é apresentada como parte do itinerário formativo das Ciências Humanas. No entanto, isso não garante sua permanência na grade curricular, apenas oferece a oportunidade de ser escolhida pelo estudante para sua formação, dessa maneira fazendo com que a disciplina "desapareça", no segundo e terceiro ano do Ensino Médio, estando presente apenas nos itinerários formativos — ou pelo menos deveria estar. No entanto, o que se observa é um esvaziamento do conhecimento teórico e científico, afetando não somente a Sociologia, mas também outras disciplinas. A flexibilização proposta pela BNCC permite que os estudantes escolham disciplinas conforme seus interesses e objetivos, o que pode resultar na marginalização da Sociologia se não houver um esforço consciente para destacar sua importância.

Os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. [...] A compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e a coletividade (BNCC, 2018, p. 567).

Nesse contexto, a disciplina de Sociologia enfrenta uma constante incerteza quanto à sua permanência nos currículos do Ensino Médio. Essa situação tem sido amplamente debatida entre professores e pesquisadores do campo sociológico, no âmbito da educação brasileira.

A disciplina de Sociologia viveu e ainda vive momentos de turbulência e incerteza dentro do currículo escolar brasileiro. Trata-se de uma disciplina que promove o entendimento das relações sociais e contribui para uma educação emancipatória, visando à formação intelectual dos indivíduos. As reformas educacionais deixam claro que essa turbulência em torno da permanência da disciplina no currículo escolar decorre de interesses políticos e ideológicos. Em suma, alguns governos consideram a Sociologia essencial para a formação do pensamento crítico e para o exercício da cidadania. Em contrapartida, outros governos a veem como uma ameaça à estrutura do sistema vigente, especialmente em contextos ditatoriais, conservadores, totalitários e autoritários, onde a sociedade é preparada para o mercado de trabalho e não para ser uma sociedade pensante e questionadora dos fenômenos sociais.

Na Educação, mais do que perdas de direitos, vemos resultados de políticas hegemônicas implementadas há décadas por diferentes governos. A Sociologia na Educação Básica, também afetada por essas políticas, é novamente imposta à condição de disciplina não obrigatória, cenário bem conhecido por ela, porém com um elemento novo, não é a única disciplina nessa condição. Disciplinas clássicas do currículo – História, Geografia, Física, Química, Biologia, Educação Física, Inglês – passam a compartilhar com a Sociologia e, de certo, modo também com a Filosofia, um não lugar no currículo. Mais do que nunca o desafio de ser professor de Sociologia e cientista social se manifesta com força e necessidade singulares, que vão além do conforto de análise da realidade e convoca a pensar estratégias de luta, ou quiçá, no pior cenário, de sobrevivência como profissionais e sujeitos políticos. (Mendonça, 2019, p.35).

A diminuição da Sociologia na grade curricular das escolas estaduais revela a intencionalidade velada dos governos neoliberais, que reconhecem o potencial emancipador dessa disciplina para os estudantes. Quanto menos pessoas resilientes e críticas forem formadas nas escolas, mais fácil será para o Estado controlar a população.

Ao entrevistar uma diretora e professores de diferentes disciplinas de Sociologia, Geografia, Matemática e Tecnologia, na cidade de Marília e região, no Estado de São Paulo.

Foi utilizado a ferramenta do aplicativo Whatsapp, para a realização das entrevistas, pois segundo eles, não estavam com muito tempo para acontecer a entrevista pessoalmente ou por vias de plataformas digitais, devido a carga horária de trabalho que é considerada muito extensa, pois todos os entrevistados não trabalham apenas em uma escola, e sim entre duas a três escolas entre 30 a 45 horas semanalmente. Dessa maneira, é possível afirmar que a utilização da ferramenta utilizada para entrevistar, trouxe uma limitação para analisar as entrevistas.

A Reforma do Novo Ensino Médio traz uma mudança significativa na estrutura curricular ao estipular o aumento gradual da carga horária de 800 para 1.000 horas anuais, totalizando 3.000 horas ao longo de todo o ensino médio. Dentro dessa nova configuração, 1.800 horas devem ser dedicadas ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é comum a todos os estudantes, garantindo uma formação básica e homogênea. As 1.200 horas restantes são destinadas aos itinerários formativos, que permitem uma maior flexibilidade e personalização do currículo, de acordo com os interesses e necessidades dos alunos. Essa alteração reflete na modificação do Artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), evidenciando o compromisso da reforma em promover uma educação mais diversificada e voltada para o desenvolvimento de habilidades práticas e competências específicas (Silva, p. 8, 2021).

Através das respostas é possível perceber que existe uma discussão por parte dos professores que enxergam essa mudança da BNCC como importantes pontos de discussão como a inclusão, as habilidades e competências, desenvolve o aluno integralmente, além de um norte curricular, porém ela é distante da realidade e muitas vezes extremamente densa e conteudista.

Outra parte dos professores, que são contra, dizem que essa lei precisa ser revista, na qual não há materiais didáticos adequados disponibilizados com antecedência, matérias que entram e saem do currículo. As disciplinas com nomes novos, mas contendo conteúdos que antes eram de disciplinas no currículo comum, mas de forma desorganizada. A redução drástica de carga horária de disciplinas que eram fundamentais. As introduções de matérias ideológicas que tentam fortalecer uma ideologia neoliberal nas mentes dos alunos, não ajudam para o mercado de trabalho, como “empreendedorismo” e “liderança”. Pelo contrário, dificultam o acesso aos principais vestibulares, concursos e ao ENEM, criam a ilusão do “pobre patrão”, que é culpado pela própria pobreza, sem direitos trabalhistas algum. Fora a tentativa desesperada de tentar emplacar o ensino à distância. Hoje oficialmente o ensino à distância vigora no Ensino Médio público, várias aulas são dadas no Centro de Mídia da Educação de São Paulo (CMSP). Mas é só oficialmente, na prática esse ensino não existe e com isso trás zero adesão dos alunos. Ninguém visualiza as aulas e são raríssimos alunos que acompanham as aulas, na maioria dos

casos quando alguém coloca medo neles de não passarem de ano por não assistirem. Deste modo, os alunos do Ensino Médio público, ficam em defasagem em relação aos estudantes do ensino privado, cuja grade de disciplina é bem diferente.

Além disso, os professores relataram sobre as condições de trabalho que estão cada vez piores— especialmente quando olhamos na educação pública— na qual o salário foi reduzido a um subsídio, o contrato é temporário sem direitos trabalhistas como seguro desemprego e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ficam desempregados e sem trabalho por quarenta dias a cada três anos, possuem dificuldades de ter continuidade em uma escola e construir vínculos. A falta de consciência de classe impede os professores de perceberem a força que têm quando se unem em prol de interesses coletivos. Essa “despolitização”, não é culpa do professor, faz parte de um projeto político que a longo prazo os dividiu em categorias A, O, S, V, enfim, tornou os professores imersos num sistema desgastante e dependentes de salários medíocres de acordo com os projetos educacionais e possuindo a obrigatoriedade de pegar cargas de horários intensa tendo que se locomover muitas vezes para outras regiões, outras cidades ou outros distritos para completar sua carga de trabalho.

Deste modo, turmas lotadas, sem condições de atender individualmente cada aluno, sala de aula sucateada, equipamentos quebrados, burocracia excessiva, salas de aula pequenas, quentes e sem ventiladores, altas cobranças quanto ao uso de plataformas e tecnologias sem ser fornecido internet de qualidade. A Secretária de Escolar Digital (SED) reconhecidamente tem períodos longos de funcionamento inadequado. Ademais, a pressão para colocar o “amor” pela profissão e seus alunos acima de si mesmo e da sua família, burocracia, além do acúmulo de funções, muitas vezes o professor não é apenas professor, é educador, psicólogo, babá, porteiro, entre outras coisas o que leva a um desgaste emocional, além de muitas vezes depararem com uma gestão despreparada e ainda por cima ter que lidar com pais. Como consequência, acarreta-se numa série de problemas de saúde decorrentes do trabalho, psicológicos e de audição de voz.

Um pouco diferente segundo os professores entrevistados, na escola particular, a parte burocrática é mais acentuada, porém a estrutura física é considerada bem melhor, os pais são considerados clientes então acabam tendo mais voz; também os professores possuem mais direitos trabalhistas assegurados e um salário um pouco mais atrativo; agora também, os professores estão sendo substituídos na preparação das aulas por inteligência artificial.

Diante de todas as questões colocadas, pode ser percebida que o trabalho docente não é nada fácil e envolve várias questões seja no próprio âmbito escolar e no âmbito externo político, na qual importantes decisões são tomadas por autoridade da educação que afetam a educação e a não escuta ativa dos professores sobre o que é de fato necessário para melhorar o ensino,

terminam por implementar currículo e políticas que não atendem às suas demandas e não permitindo uma qualidade do conhecimento.

Por isso, aos professores entrevistados de uma certa forma o que precisa mudar para melhorar as condições de trabalho do professor seria de um ponto de vista mais amplo, em primeiro lugar precisaria da redução das desigualdades sociais, pois as contradições sociais explodem dentro das escolas o tempo todo. A perspectiva de trabalho precário para a população nas escolas de periferia dificulta a construção de sentido e disposição ao estudo. O Estado, sendo burguês só poderá oferecer instituições educacionais voltadas à reprodução da ordem burguesa, sendo assim, as condições de trabalho para aquele que não compartilha da ideologia burguesa serão sempre aviltantes.

No sentido mais restrito e imediato para eles, seria a efetivação das categorias O sem a necessidade de concurso público. Abolição do Centro de Mídia da Educação de São Paulo (CMSP). Aumento de salário e redução da jornada em sala de aula para que as aulas possam ser estruturadas e planejadas, isso inclui os melhores salários e o “status” da profissão, a fala que muitos professores ouvem dos alunos é: “nem se eu me odiasse tanto eu seria professor”, melhores locais de trabalho, referindo dessa a parte estrutural e física da escola, investimentos na estrutura física, tecnológica e profissionais das escolas e entender que cada comunidade escolar tem suas especificidades materiais e culturais que precisam ser respeitadas.

Considerações finais

Diante de tantas questões postas, é evidente que o trabalho docente é repleto de desafios e envolve diversas esferas, seja dentro do ambiente escolar, nas interações com os alunos e outros profissionais, ou no contexto externo, onde as decisões políticas tomadas por autoridades da educação têm um impacto direto sobre os jovens. Muitas vezes, essas autoridades, ao implementarem currículos e políticas, não consideram a realidade dos estudantes, resultando em medidas que não atendem às suas demandas e comprometem a qualidade do conhecimento que deveria ser adquirido.

Por isso, é fundamental que o professor esteja bem-preparado para lidar com as complexidades do seu trabalho, conhecendo profundamente o histórico de lutas pela educação pública e pela institucionalização do ensino de sociologia. Esta disciplina, em particular, é crucial para a formação dos alunos, pois tem como objetivo central promover uma formação crítica, capacitando os estudantes a questionar e desnaturalizar as relações sociais e a identificar as contradições presentes na sociedade.

Em suma, ao considerar o longo histórico da educação e do ensino de sociologia no Brasil, desde suas origens até os desafios enfrentados nos dias atuais, percebe-se a complexidade e os obstáculos inerentes à profissão docente. Mesmo diante dessas dificuldades, o professor deve continuar a promover o ensino com determinação. Para alcançar esse objetivo, é necessário que o professor tenha uma sólida apropriação do conhecimento, estabeleça metas claras, compreenda as contradições que surgem no processo de ensino, identifique as necessidades dos alunos e alinhe seus objetivos às condições reais dos estudantes. Combatendo o senso comum e fundamentando-se em uma base teórica robusta, o professor pode, enfim, proporcionar aos alunos o conhecimento de que precisam.

Assim, a luta pelo ensino público e pela presença da sociologia nas escolas não deve cessar. Mesmo em momentos de aparente derrota, a persistência já demonstrou sua eficácia, trazendo vitórias significativas ao longo do tempo. É nesse contexto que o professor de sociologia afirma ao futuro docente que esta é a profissão mais maravilhosa e importante do mundo, mas que é preciso demonstrar esse valor à sociedade, que muitas vezes não o reconhece.

Por conseguinte, a profissão de professor é repleta de desafios, mas também de oportunidades significativas para influenciar positivamente a formação dos estudantes. A reflexão sobre esse trabalho deve considerar não apenas as práticas pedagógicas, mas também o contexto social e educacional mais amplo em que está inserida. Garantir a presença da Sociologia no currículo escolar é crucial para promover uma educação que valorize o pensamento crítico, a cidadania ativa e a justiça social. Assim, a luta pelo ensino público e pela presença da Sociologia deve continuar, pois, mesmo em momentos de aparente derrota, a persistência trouxe vitórias. Os professores afirmam que à medida que avançamos em direção ao futuro da educação, temos que abraçar a mudança com coragem e otimismo. Como professores, somos agentes da transformação, nosso papel transcende as paredes da sala de aula e os muros da escola. Temos como missão a aprendizagem contínua e a evolução constante. Devemos abraçar a tecnologia como uma aliada poderosa, integrando-a de forma significativa para enriquecer a experiência de aprendizado. No entanto, nunca devemos perder de vista o poder da conexão humana, pois somos mais do que transmissores de informações, somos mentores, confidentes e modelos a seguir. Sob essa ótica, é preciso, sobretudo, cultivar um ambiente de inclusão, onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas, celebrando a diversidade de experiências, perspectivas e talentos, reconhecendo que é na diversidade e na multiplicidade de opiniões que encontramos nossa força.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MENDONÇA, S. G. L. Neoliberalismo, (contra)reformas e Educação. In: CARUSO, H., SANTOS, M. B. (orgs.). **Rumos da sociologia na educação básica: reformas, resistências e experiências de ensino**. Porto Alegre: Cirkula, 2019.

MEUCCI, S. **Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente**. Ciências Sociais Unisinos, 2015. Disponível em <https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.02>.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, nº 85, p. 359-382, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, v. 28, nº 2, p. 42-58, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A reforma do Ensino ou a antirreforma do ensino**. <https://www.youtube.com/watch?v=X6RaNuo5KBU>. 2016.

SILVA, E. M.L. O Novo Ensino Médio: Impactos na Escolarização da Juventude no Brasil. In: **VII Congresso Nacional de Educação - Conedu em Casa**, 2021, online. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v. 1. p. 1-12.